

Notas e informações**E dizer que se lutou por isso...**

A elaboração da nova Constituição corre o risco de se tornar tarefa mais restrita do que poderiam imaginar os intransigentes adversários da criação de uma Comissão Geral, que ficaria incumbida de redigir anteprojeto enquanto os constituintes se entregassem ao debate dos grandes temas do momento e do futuro. Pelos indícios que se recolheram nesta semana, a falta de interesse demonstrada pela maioria dos membros da Assembléia Nacional Constituinte — associada ao fato de a sociedade como um todo haver rejeitado o projeto sistematizado pelo relator Bernardo Cabral — acabará fazendo que um pequeno grupo de *notáveis*, organizado pelo procônsul Ulysses Guimarães, redija o projeto definitivo, que será submetido ao plenário, ainda que ao arrepio do Regimento. Para não causar aborrecimentos a ninguém, o deputado Ulysses Guimarães pediu ao colega Bernardo Cabral que seja relator desse projeto para cuja elaboração contribuirão — *passem!* — não só alguns deputados e senadores escolhidos a dedo, mas também ministros de Estado, igualmente selecionados entre os amigos.

Os deputados que temiam receber para ler e emendar a proposta da Comissão Afonso Arinos possivelmente terão de ler e emendar o projeto do grupo da *poire!*

Não é apenas por excesso de zelo do procônsul pela sorte do País que se caminhará para a rejeição do Regimento e a imposição de um projeto que "corresponda às expectativas da sociedade", como já se alardeia na tentativa de legitimar o passamoleque. (Que não nos preocupamos com o apego ao Regimento, é público e notório, desde que denunciemos a adesão formalista a esse texto como a tentativa de impingir à Constituinte um texto sufragado pelas esquerdas, mas repudiado pelo centro desorganizado.) Se o procônsul toma essa dianteira e como diretor de cena distribui papéis a cada um dos que aceitam sua liderança é porque a Assembléia Nacional Constituinte parou. Ela literalmente não funciona: dificilmente há quórum para abrir as sessões, os que ocupam a tribuna preocupam-se com tudo — como as vaias dadas ao ministro Brossard na convenção do PMDB — menos com os temas constitu-

cionais. Em suma, a Assembléia repete os vícios do Congresso Nacional. Teríamos exagerado em nossas esperanças, ao acreditar que se faria trabalho sério, preocupados que estávamos com a necessidade de passar a limpo a legislação autoritária, adequar a outra aos novos tempos e permitir a construção de um verdadeiro Estado de Direito?

O País ainda não tomou consciência do que pode significar esse processo estranho de elaborar uma Constituição. A Nação tem diante de si uma Assembléia Nacional Constituinte que renunciou até do direito de falar, que se limitou a escrever emendas a um texto que todos sabem péssimo, e que por omissão entregou a uma comissão da qual participam membros do Poder Executivo a tarefa de redigir trabalho que deveria ser dela. Inverteram-se todos os papéis e a *máquina* partidária, a do grupo da *poire*, falou mais alto que os arreganhos daqueles que pensam impedir a aprovação de medidas que conduzirão o Brasil à Idade Média tecnológica, simplesmente denunciando o perigo que todos nós corremos.

Enquanto o procônsul reúne os que farão o projeto da *poire* — do qual se retirará a estabilidade no emprego aos 90 dias porque o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo disse que é uma estupidez —, os líderes partidários pedem ao presidente da Assembléia (a mesma pessoa, por sinal) que ponha ordem nos trabalhos do plenário, a fim de que os representantes do povo e as galerias possam demonstrar interesse pelo que a Assembléia deveria estar fazendo, mas não faz. Qual a solução proposta? Um recurso que faz lembrar a jocosa história da retirada do sofá da sala: cada sessão será dedicada à discussão de um tema constitucional. Assim, na segunda-feira se tratará da reforma agrária. A Contag e a UDR poderão, então, lotar as galerias para ouvir as considerações dos que são a favor da imediata imissão de posse, e dos que são contra. Na terça-feira, discutir-se-á a anistia aos militares. Os *lobbies* das partes adversas se encontrarão nas galerias, e quem sabe no plenário não haja quem se disponha a discordar do general Leônidas Pires Gonçalves (que diz não pagará os anistiados) ou o almirante Henri-

que Sabóia (que invoca o princípio da disciplina, para pedir que não se conceda a anistia). Na quarta-feira... até que no domingo, dia dedicado ao descanso, se falará do mandato presidencial.

Então, as galerias serão tomadas pela torcida organizada em favor dos quatro anos, que reagirá contra os que defendem os cinco anos, enquanto no plenário, entre apupos e aplausos, se tentará ou adiar a votação, ou aprovar um mandato de três anos. Na verdade, é isso que se pretende fazer na Assembléia Nacional Constituinte. Enquanto em plenário se discutem temas adrede arranjados e ordenados, o grupo ampliado da *poire* discutirá com o relator Bernardo Cabral — que não abre mão de suas prerrogativas — que Constituição se oferecerá a um aglomerado de pessoas que não souberam até agora exercer corretamente seu mandato.

Não é apenas na qualidade de componentes da Assembléia Nacional Constituinte que os senhores deputados e senadores demonstram pouca preocupação com a sorte das instituições e do Poder que representam. Como representantes do Congresso Nacional eles estão igualmente ausentes do mundo. O Legislativo, desde que o Congresso Nacional se dispersou em 1986 para realizar as eleições (bem antes de novembro, portanto), simplesmente não se reúne para resolver assuntos pertinentes e sérios. Evidentemente, vota licenças para o chefe de Estado viajar para o Exterior. Mais nada! Não se reúne — e ninguém faz questão disso — para ler decretos-leis que foram baixados e continuam produzindo efeitos legais. Não se reúne para aprovar projetos de lei. Em suma, omissos como membros da Assembléia Nacional Constituinte e omissos como membros do Congresso Nacional, deputados e senadores permitem que o Brasil se transforme em uma ditadura de fato, e que o grupo seletivo dos amigos do procônsul elabore o projeto de Constituição.

Dizer que se combateu o regime militar autoritário para chegar a isso que aí está: o presidente da República satisfeito com os decretos-leis que baixa, e o presidente da Assembléia Nacional Constituinte assumindo os poderes de fato numa República sem instituições.